

ESTADO DE SÃO PAULO

& NEGÓ

Brasil vai negociar

C I O S

redução da dívida

**Embaixador nos EUA
levará proposta
para abater US\$ 6
bilhões em juros**

JOÃO BORGES

BRASÍLIA — O governo acredita que, ainda no mandato do presidente José Sarney, seja possível obter uma redução de aproximadamente 10% da dívida externa de médio e longo prazos com os bancos comerciais, o equivalente a pouco mais de US\$ 6 bilhões. Ontem, depois de um almoço com Sarney e o ministro Mailson da Nóbrega, o embaixador brasileiro em Washington revelou que entre as suas atribuições, ao voltar hoje aos Estados Unidos, se incluem negociações com o Tesouro americano, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e banqueiros privados para que o País possa se beneficiar do que chamou de operação-piloto de redução da dívida, aproveitando-se das trilhas abertas pelo Plano Brady.

O embaixador admitiu as dificuldades de concluir a negociação para que o País se beneficie do Plano Brady, mas, caso as tentativas fracassem, o terreno ficará preparado para o futuro governo. Ficou definido pelas autoridades brasileiras que a forma ideal para a redução da dívida será diminuir os juros.

A grande dificuldade para que se efetive uma operação de redução da dívida externa é a dependência de um acordo com o FMI, uma hipótese em que poucos, no governo, ainda acreditam, por falta de uma política eficiente de combate à inflação. Os mais otimistas imaginam que, se o FMI se recusar a assinar o acordo com o Brasil, dará o tiro de misericórdia na crise cambial do País. A moratória da dívida seria inevitável a partir de setembro. Poderia haver, no raciocínio de algumas fontes, um acordo de curto prazo — que o embaixador chama de transição — para tornar viável a liberação de recursos dos bancos privados, instituições multilaterais e, quem sabe, montar uma operação de redução da dívida.

Marcílio Marques Moreira, à saída do Palácio ao Planalto, foi discreto em relação ao conteúdo da conversa com o presidente e o ministro da Fazenda. "O presidente me pediu para explicar aos credores que a nossa política visa a proteger as reservas e o fechamento tranquilo do balanço de pagamentos durante este período de transição", declarou.

O embaixador volta a Washington com a orientação de vender a imagem de que o Brasil atrasou o pagamento dos US\$ 800 milhões ao Clube de Paris por motivos técnicos e não tem interesse em um confronto com os credores. Mas leva também a mensagem de que o País não vacilará em atrasar novos pagamentos, caso isso seja necessário para evitar a "queima" de reservas cambiais.

Mais informações sobre a dívida externa na página 10